



Execução – Parte Geral

- Lide executiva – pretensão satisfativa;
- Ação Executiva;
- Requisitos para a execução:
 - Título Executivo;
 - Inadimplemento.

Execução – Parte Geral

- Regimes processuais da execução;
 - Execução Fundada em Título Judicial:
 - Regime Sincrético (art. 475-N, I, III, V e VII);
 - Regime Autônomo (art. 475-N, II, IV e VI).
 - Art. 475-N, Parágrafo Único. Nos casos dos incisos II, IV e VI, o mandado inicial (art. 475-J) incluirá a ordem de citação do devedor, no juízo cível, para liquidação ou execução, conforme o caso.

Execução – Parte Geral

- Execução Fundada em Título Extrajudicial.
 - Regime Autônomo.

Execução – Parte Geral

- Título Executivo.
 - Conceito;
 - Aspecto substancial;
 - Certeza;
 - Liquidez;
 - Exigibilidade.

Execução – Parte Geral

- Títulos em Espécie.
 - Títulos Judiciais (art. 475-N);
 - Títulos Extrajudiciais (art. 585).

Execução – Parte Geral

- Liquidação.
 - Conceito;
 - Art. 475-A. Quando a sentença não determinar o valor devido, procede-se à sua liquidação.
 - Natureza Jurídica;

Execução – Parte Geral

- Limites:
 - Art. 475-G. É defeso, na liquidação, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- Regimes Processuais da Liquidação;
- Competência;
- Legitimidade;

Execução – Parte Geral

- Espécies;
 - Liquidação por cálculos;
 - Art. 475-B. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.

Execução – Parte Geral

- Espécies;

- Liquidação por arbitramento;

- Art. 475-C. Far-se-á a liquidação por arbitramento quando:

- I – determinado pela sentença ou convencionado pelas partes;

- II – o exigir a natureza do objeto da liquidação.

Execução – Parte Geral

– Espécies;

- Liquidação por arbitramento;

- Art. 475-D. Requerida a liquidação por arbitramento, o juiz nomeará o perito e fixará o prazo para a entrega do laudo.

Parágrafo único. Apresentado o laudo, sobre o qual poderão as partes manifestar-se no prazo de dez dias, o juiz proferirá decisão ou designará, se necessário, audiência.

Execução – Parte Geral

- Espécies;

- Liquidação por artigos;

- Art. 475-E. Far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.

- Art. 475-F. Na liquidação por artigos, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum (art. 272).

Execução – Parte Geral

– Procedimento;

- Art. 475-A (...)

§ 1º Do requerimento de liquidação de sentença será a parte intimada, na pessoa de seu advogado.

– Decisão e Recurso;

- Art. 475-H. Da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento.

Execução – Parte Geral

– Liquidação Provisória:

- Art. 475-A (...)

§ 2º A liquidação poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.

Execução – Parte Geral

- Execução Provisória (art. 475-O).
 - Iniciativa (inc. I);
 - Responsabilidade Objetiva do Exequente (inc. I);

Execução – Parte Geral

- Caução (inc. III);
 - Dispensa (§ 2º):
 - crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exequente demonstrar situação de necessidade;
 - pendência de agravo junto ao STF ou STJ (art. 544), salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação.

Execução – Parte Geral

– Procedimento:

- (§ 3º) Instrução da petição com cópias autenticadas das seguintes peças do processo, podendo a autenticação ser feita pelo advogado:
 - sentença ou acórdão exequendo;
 - certidão de interposição do recurso não dotado de efeito suspensivo;
 - procurações outorgadas pelas partes;
 - decisão de habilitação, se for o caso;

Execução – Parte Geral

- facultativamente, outras peças processuais que o exequente considere necessárias.
- (*caput*) A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva (...)

Execução – Parte Geral

- Execução Provisória de Título Extrajudicial:
 - Art. 587. É definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo (art. 739).

Execução – Parte Geral

- Art. 739-A. Os embargos do executado não terão efeito suspensivo.
- § 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

Execução – Parte Geral

- Competência
 - Execução fundada em título judicial (art. 475-P).
 - Quando a causa se processa no 1º Grau de Jurisdição:
 - Juízo que a processou com competência originária (inc. II);
 - Foros concorrentes (parágrafo único):
 - » local onde se encontram os bens sujeitos à expropriação;
OU
 - » atual domicílio do executado;

Execução – Parte Geral

- Quando a causa se processa perante um Tribunal, em decorrência da sua competência originária:
 - O órgão do Tribunal em que se processou a causa (inc. I);
- Sentença penal condenatória, sentença arbitral e sentença estrangeira:
 - O juízo cível competente, segundo as regras do processo de conhecimento (inc. III).

Execução – Parte Geral

- Sentença penal condenatória transitada em julgado:
 - Lugar do ato ou do fato (art. 100, V, alínea “a”); OU
 - Domicílio do autor ou local do fato, em se tratando de delito ou acidente de veículos (art. 100, parágrafo único);
- Sentença arbitral:
 - Lugar do cumprimento da obrigação (art. 100, IV, alínea “d”); OU
 - Domicílio do réu (art. 94).

Execução – Parte Geral

- Sentença estrangeira homologada pelo STJ:
 - Juízo Federal de 1º Grau (CF/1988, art. 109, X);
 - » Foro de eleição (art. 111);
 - » Lugar do cumprimento da obrigação (art. 100, IV, alínea “d”); OU
 - » Domicílio do réu (art. 94).

Execução – Parte Geral

- Execução fundada em título extrajudicial (art. 576).

Art. 576. A execução, fundada em título extrajudicial, será processada perante o juízo competente, na conformidade do disposto no Livro I, Título IV, Capítulos II e III.

- Foro de eleição (art. 111);
- Lugar do cumprimento da obrigação (art. 100, IV, alínea “d”);
OU
- Domicílio do réu (art. 94).

Execução – Parte Geral

– Execução fiscal (art. 578).

- Foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado (*caput*);
- A Fazenda Pública poderá escolher (parágrafo único):
 - o foro de qualquer um dos devedores, quando houver mais de um, ou o foro de qualquer dos domicílios do réu;
 - foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, embora nele não mais resida o réu; OU
 - o foro da situação dos bens, quando a dívida deles se originar.

Execução – Parte Geral

- Legitimidade
 - Ativa (arts. 566 e 567).
 - Ordinária
 - Primária (ou originária)
 - » O credor a quem a lei confere título executivo (art. 566, I);

Execução – Parte Geral

» Exemplo: Advogado, em relação aos honorários sucumbenciais

Lei 8.906/1994

Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

Execução – Parte Geral

» Questão controvertida:

Súmula do STJ.

Enunciado 306. Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte

Execução – Parte Geral

CPC/2015.

Art. 85. (...)

§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

Execução – Parte Geral

- Derivada (ou superveniente) (art. 567):
 - » Espólio, os herdeiros ou os sucessores do credor (inc. I);
 - » Cessionário (inc. II);
 - » Sub-rogado (inc. III);
- Extraordinária
 - Exemplos:
 - » Parte, ao executar os honorários sucumbenciais;
 - » MP (art. 566, II);

Execução – Parte Geral

» Questão controvertida: Vítima pobre.

CPP.

Art. 68. Quando o titular do direito à reparação do dano for pobre (art. 32, §§ 1º e 2º), a execução da sentença condenatória (art. 63) ou a ação civil (art. 64) será promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público;

Execução – Parte Geral

– Passiva (art. 568).

- Ordinária

- Primária (ou originária)

- » Devedor, reconhecido como tal no título executivo (inc. I);

- Derivada (ou superveniente)

- » o espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor (inc. II);

- » o novo devedor (inc. III);

- » o fiador judicial (inc. IV);

Execução – Parte Geral

- Legitimidade passiva do responsável tributário (art. 568, V);
- Legitimidade passiva do fiador convencional:

Código Civil.

Art. 820. Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.

Execução – Parte Geral

- Responsabilidade Patrimonial
 - Conceito;
 - Espécies:
 - Responsabilidade primária;
 - Responsabilidade secundária.

Execução – Parte Geral

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. ART. 592, CPC. OFENSA À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. VÍNCULO SOCIETÁRIO. OBRIGAÇÃO E RESPONSABILIDADE (SCHULD E HAFTUNG). DISREGARD DOCTRINE. INVOCAÇÃO EXEMPLIFICATIVA. RECURSO DESACOLHIDO.

I - O princípio da responsabilidade patrimonial, no processo de execução, origina-se da distinção entre débito (Schuld) e responsabilidade (Haftung), admitindo a sujeição dos bens de terceiro à excussão judicial, nos limites da previsão legal.

II - A responsabilidade pelo pagamento do débito pode recair sobre devedores não incluídos no título judicial exequendo e não participantes da relação processual de conhecimento, considerados os critérios previstos no art. 592, CPC, sem que haja, com isso, ofensa à coisa julgada. (...) (STJ - REsp: 225051 DF 1999/0068128-2, Relator: Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Data de Julgamento: 07/11/2000, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 18.12.2000 p. 201 LEXSTJ vol. 141 p. 159 RSTJ vol. 141 p. 456)

Execução – Parte Geral

– Responsáveis:

- Devedor

Art. 591. O devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei.

Art. 592. Ficam sujeitos à execução os bens:

(...)

III - do devedor, quando em poder de terceiros;

Execução – Parte Geral

– Responsáveis:

- Fiador

Art. 595. O fiador, quando executado, poderá nomear à penhora bens livres e desembargados do devedor. Os bens do fiador ficarão, porém, sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação do direito do credor.

Parágrafo único. O fiador, que pagar a dívida, poderá executar o afiançado nos autos do mesmo processo.

Execução – Parte Geral

– Responsáveis:

- Sucessor a título singular

Art. 592. Ficam sujeitos à execução os bens:

I - do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória;

Execução – Parte Geral

– Responsáveis:

- Sócio

Art. 592. Ficam sujeitos à execução os bens:

II – do sócio, nos termos da lei;

Execução – Parte Geral

– Responsáveis:

- Sócio

Art. 596. Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade senão nos casos previstos em lei; o sócio, demandado pelo pagamento da dívida, tem direito a exigir que sejam primeiro excutidos os bens da sociedade.

§ 1º Cumpre ao sócio, que alegar o benefício deste artigo, nomear bens da sociedade, sitos na mesma comarca, livres e desembargados, quantos bastem para pagar o débito.

§ 2º Aplica-se aos casos deste artigo o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Execução – Parte Geral

– Desconsideração da personalidade jurídica

Código Civil.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Execução – Parte Geral

– Responsáveis:

- Cônjuge

Art. 592. Ficam sujeitos à execução os bens:

(...)

IV - do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida;

Execução – Parte Geral

Código Civil.

Art. 1.643. Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro:

- I - comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica;
- II - obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição dessas coisas possa exigir.

Art. 1.644. As dívidas contraídas para os fins do artigo antecedente obrigam solidariamente ambos os cônjuges.

Execução – Parte Geral

– Responsáveis:

- Espólio e Herdeiros

Art. 597. O espólio responde pelas dívidas do falecido; mas, feita a partilha, cada herdeiro responde por elas na proporção da parte que na herança lhe coube.

Execução – Parte Geral

– Responsáveis:

- Adquirentes dos bens alienados ou gravados em fraude à execução.

Art. 592. Ficam sujeitos à execução os bens:

(...)

V - alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.

Execução – Parte Geral

Art. 593. Considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens:

I - quando sobre eles pender ação fundada em direito real;

Execução – Parte Geral

Art. 593. Considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens:
(...)

II - quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência;

Execução – Parte Geral

Art. 593. Considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens:
(...)

III - nos demais casos expressos em lei.

Art. 615-A. O exequente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto.

(...)

§ 3º Presume-se em fraude à execução a alienação ou oneração de bens efetuada após a averbação (art. 593).

Execução – Parte Geral

Súmula do STJ – Enunciado 375

O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

CPC/2015

Art. 792. A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução:
(...)

§ 2º No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

